



Senado pode votar hoje projeto que regula serviços como Uber

Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/7/2017



Plenário abre ordem do dia com proposta de regulação do transporte por aplicativos, que tramita em regime de urgência

Também estão na pauta a proposta que limita a taxa de ICMS do combustível de aviação e a que cria um fundo nacional para financiar a segurança pública

O projeto de lei que regulamenta os serviços de transporte por meio de aplicativos, como o Uber e o Cabify, é o primeiro item da pauta de hoje do Plenário. A proposta, que tramita em regime de urgência, cria uma série de obrigações para esses serviços.

A questão divide os motoristas dos aplicativos de transporte e os condutores de táxi. Representantes do Uber dizem que as exigências são tão grandes que a atividade pode acabar inviabilizada.

Os senadores também po-

dem votar hoje um projeto que limita a 12% a alíquota do ICMS do combustível da aviação usado em voos internos. A intenção é reduzir custos das viagens para aumentar os voos para locais distantes dos grandes centros.

Outro item na ordem do dia é a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. O fundo financiará ações de aparelhamento, capacitação e integração das polícias estaduais. A proposta pode ser votada hoje em primeiro turno. **3**

Especialistas defendem uso das Forças Armadas na segurança

Participantes de debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional disseram ontem que a legislação permi-

te o uso das Forças Armadas na segurança pública se as forças de segurança tradicionais não forem suficientes. **3**



Vice-presidente da comissão, Jorge Viana conduz debate sobre Forças Armadas

Guarda Mirim pede apoio para manter atividades

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, dirigentes da Guarda Mirim do Distrito Federal pediram apoio do governo local e do setor privado para que a organização possa manter e ampliar sua atuação. Fundada por integrantes da Polícia Militar, a Guarda Mirim atende 5 mil crianças e adolescentes, oferecendo atividades no contraturno escolar em áreas carentes. Mas é preciso haver mais recursos para continuar o trabalho, disseram dirigentes. **3**



Crianças do projeto participam da audiência, presidida por Hélio José (2º à esq.)

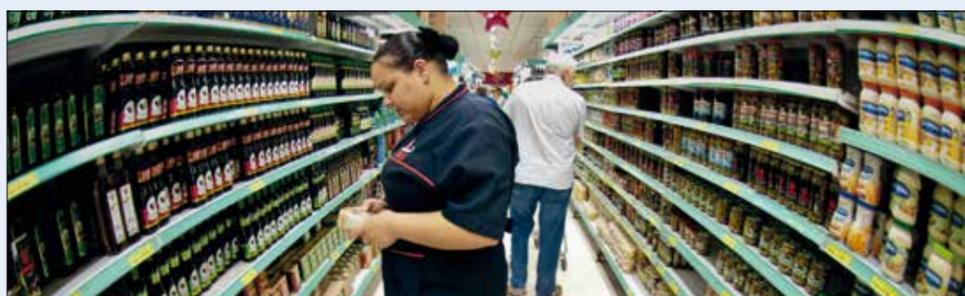
Sessão destaca mudança provocada no mundo pela Reforma Protestante

Sessão especial do Senado, solicitada pelos senadores José Medeiros e Paulo Bauer, lembrou os cinco séculos da Reforma Protestante, iniciada

pelo monge Martinho Lutero, na Alemanha, contra os abusos da Igreja Católica, que à época restringia o acesso à Bíblia e vendia indulgências. **2**



Medeiros (2º à dir.) preside sessão sobre os 500 anos da Reforma Protestante



Embalagens poderão passar a ter selos alertando sobre quantidade elevada de calorias, açúcar, sódio e gordura

Maioria da população não entende rótulo de alimentos

Apenas um quarto da população brasileira é capaz de compreender totalmente o que dizem os rótulos de alimentos, mostra pesquisa. A Anvisa estuda novos modelos de

rotulagem nutricional que facilitem a compreensão, enquanto um projeto do Senado cria um selo para indicar se o alimento tem excesso de caloria, gordura, açúcar ou sal. **4**



Marcelo Camargo/ABr

Gerardo Magela/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Senado celebra os 500 anos da Reforma Protestante

Plenário fez ontem homenagem ao movimento reformista iniciado por Martinho Lutero na Alemanha, em 1517, que culminou na ruptura com o catolicismo, que na época vendia indulgências

EM SESSÃO ESPECIAL ontem, o Senado celebrou os 500 anos da Reforma Protestante, iniciada em 31 de outubro de 1517, quando o monge agostiniano Martinho Lutero afixou na porta da Igreja de Wittenberg, na Alemanha, 95 teses que criticavam a conduta da Igreja Católica.

Durante a solenidade, religiosos e senadores enfatizaram a luta de Lutero pela educação e pela igualdade.

— Lutero foi um visionário. Há 500 anos, ele defendia que a mudança da sociedade viria a partir da educação — disse Ana Amélia (PP-RS).

Pastor sinodal da Igreja Luterana, Dalcídio Gaulke lembrou que uma das grandes contribuições de Lutero foi a defesa da livre interpretação da Bíblia, até então restrita a membros do clero:

— O grande legado foram a palavra de Deus e a alfabetização, para que homens e mulheres pudessem ler a sagrada escritura — explicou.

Para José Medeiros (Pode-MT) e Paulo Bauer (PSDB-SC), que solicitaram a sessão, a atitude de Lutero deu início a um “movimento que transfor-



Ana Amélia afirma que Lutero era visionário por defender a educação

mou o pensamento de grande parte da sociedade”.

— A reforma sugeria um novo posicionamento do homem diante de si mesmo e do mundo — disse Medeiros.

Ruptura

As 95 teses de Lutero criticavam, entre outros pontos, a deturpação do Evangelho, a venda de indulgências, a corrupção, o enriquecimento ilícito e o celibato clerical da Igreja Católica. Elas culminaram com a ruptura com o catolicismo e a criação do luteranismo, considerado um movimento protestante. Segundo o secretário-executivo

do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, reverendo Juarez Marcondes Filho, o termo, antes pejorativo, se transformou em sinônimo de “verdade”.

— Protestantismo nasce com o objetivo de atestar a favor da verdade, da palavra de Deus, contrariando o pensamento da Igreja Católica, que à época havia se afastado da verdade.

O movimento deu origem às Igrejas Anglicana, na Inglaterra, Calvinista, na França e na Suíça, e Metodista, no Reino Unido, além das pentecostais e das neopentecostais, que se popularizaram nos Estados Unidos e no Brasil.

Hélio José: reforma da Previdência foi baseada em erros

Hélio José (Pros-DF) fez um balanço da CPI da Previdência, da qual foi relator, e disse que o governo apresentou estimativas erradas para justificar a reforma previdenciária. Para o senador, é importante recuperar os recursos desviados e acabar com o Refis.

— O Refis está servindo para privilegiar e presentear os maus pagadores, as pessoas que não cumprem com a sua tarefa.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Paim cobra combate à sonegação previdenciária

A Previdência Social é superavitária e os problemas existentes são consequência da má gestão, afirmou Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a CPI da Previdência. Segundo o senador, nos últimos 20 anos mais de R\$ 2 trilhões deixaram de entrar nos cofres do INSS. Boa parte, de acordo com ele, é resultado de sonegação, sem cobrança do governo.

— O debate sobre o suposto déficit foi desmistificado.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Medeiros defende mais atenção para primeira infância

José Medeiros (Pode-MT) lamentou que os debates no país, a pouco menos de um ano das eleições, não tenham como tema saúde, educação, economia e segurança pública e fiquem centrados em questões menores. Um assunto que merece destaque, disse, é a formação das crianças. O cuidado da família e da escola nessa fase é essencial, acrescentou.

O senador disse ainda que o Brasil não pode se acomodar em ser produtor de alimentos. É preciso investir em inovação e tecnologia, ressaltou.

Acir Gurgacz faz balanço de 8 anos de mandato

Acir Gurgacz (PDT-RO), que em dezembro completa oito anos de mandato, fez um balanço de sua atuação e destacou a liberação de recursos.

— Destinei mais de R\$ 150 milhões na área de infraestrutura para Rondônia, para obras como construção de galerias pluviais, pavimentação, urbanização, saneamento, reforma e ampliação de aeroportos e construção de prédios públicos.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Alvaro propõe imposto mundial para Amazônia

Alvaro Dias (Pode-PR) defendeu ontem a cobrança de um imposto ambiental mundial para a preservação da Amazônia. Ele advertiu sobre o impacto do aquecimento global e lembrou que a Floresta Amazônica gera oxigênio para o mundo. Os países ricos cobram do Brasil a preservação da Amazônia, mas não contribuem, disse:

— Nós temos que cobrar do mundo pela preservação que fazemos.



Waldemir Borreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Rodovia**
9h Audiência interativa com o presidente da ANTT, Jorge Luiz Macedo Bastos, para debater medidas a serem tomadas em face da quebra contratual pela ECO101, responsável pela concessão da BR-101 no Espírito Santo, por descumprimento da exigência de duplicação de toda a rodovia por ela administrada.
- CPMI DA JBS Depoimento**
9h Ex-diretor de Relações Institucionais do grupo J&F Ricardo Saud fala na CPI.
- CAE Ministro da Fazenda**
10h Audiência interativa com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para tratar de ações do governo Temer.
- CRE Deputados da União Europeia**
10h Visita de eurodeputados.
- CDH Indígenas e quilombolas**
10h30 Audiência interativa sobre violações aos direitos indígenas e quilombolas.
- CMA Bacias hidrográficas**
10h30 Audiência interativa sobre revitalização de bacias hidrográficas.
- CRA Pesquisa agropecuária**
11h Audiência interativa para debater estudos e atuação da academia na pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário.
- CONGRESSO Sessão solene**
11h Homenagem póstuma ao ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina Luiz Carlos Cancellier de Olivo.
- CE Esporte**
11h30 Pauta com 17 itens, entre eles o PLS 25/2017, que incentiva o esporte.
- LEI KANDIR Relatório**
14h Apresentação do relatório final.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta o PLC 28/2017, que regulamenta serviços como Uber e Cabify.
- DOENÇAS RARAS Reunião**
14h Reunião com representantes do Ministério da Saúde e da Anvisa.
- CCT Rádios**
14h30 Análise de 82 outorgas de rádio.
- MP 788/2017 Restituição de valores**
14h30 Análise do relatório da MP que regulamenta a restituição dos valores creditados indevidamente pelo governo para pessoas falecidas.
- MP 792/2017 PDV no Executivo**
14h30 Análise do relatório da MP que cria o Programa de Desligamento Voluntário no Executivo.
- CMMC Bioenergia**
14h30 Audiência interativa para debater perspectivas para a bioenergia e o biocombustível.
- CMO/CAE/CTFC Política monetária**
15h Audiência com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, para avaliação das metas das políticas monetária, creditícia e cambial.
- CONGRESSO Vetos**
19h Sessão deliberativa para análise de 7 vetos presidenciais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza
- Primeiro-secretário:** José Pimentel
- Segundo-secretário:** Gladson Cameli
- Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário:** Zeze Perrella
- Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão
- Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Silvio Burl
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

Jornal do Senado

- Editor-chefe:** Marcio Maturana
- Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
- Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário pode votar hoje a regulamentação do Uber

Pauta inclui ainda projeto que fixa em 12% o limite do ICMS cobrado sobre combustível de aviação em voos internos e a proposta de criação de um fundo nacional para financiar ações das polícias estaduais

O PRIMEIRO ITEM da pauta de hoje do Plenário do Senado é o projeto de lei que regula os serviços de transporte por meio de aplicativos, como o Uber e o Cabify.

O PLC 28/2017, que ganhou urgência, é alvo de disputa entre os motoristas desses serviços e os condutores de táxi.

A proposta tramita em conjunto com outros dois projetos, o PLS 530/2015 e o PLS 726/2015. Se for aprovado como está, o texto irá para a sanção presidencial. Caso haja mudanças, terá de voltar para a Câmara dos Deputados.

O projeto cria uma série de obrigações para os serviços de transporte solicitados via aplicativos. Segundo representantes do Uber, as exigências do texto em análise são tão grandes que os serviços acabarão sendo inviabilizados.

O relator do projeto de lei é o senador Pedro Chaves (PSC-MS).

Aviação

Também está na pauta do Plenário um projeto que fixa em 12% a alíquota máxima do ICMS que incide sobre o combustível da aviação para voos internos (PRS 55/2015). O combustível é um dos itens que mais pesam na definição do preço das passagens. Atualmente, há estados que

chegam a cobrar ICMS de 25%. Um dos objetivos da proposta, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), é reduzir o valor que os passageiros pagam pelos bilhetes e aumentar os voos para locais distantes dos grandes centros.

Segurança

Outro texto que pode ser votado hoje é o que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento

Reguffe diz ser contra regulação de transporte solicitado via aplicativo

Reguffe (sem partido-DF) manifestou posição contrária ao texto que regula os serviços de transporte particular por meio de aplicativo, como Uber e Cabify. O senador afirmou que é favorável à liberdade de escolha do consumidor, porque isso aumenta a concorrência e diminui os preços, disse que foi contrário ao pedido de urgência para o PLC 28/2017 e declarou que manterá a posição quando o texto for analisado no Plenário.

— Votarei contra o mérito desse projeto aqui neste Plenário.

da Segurança Pública, cujos recursos servirão para financiar ações de aparelhamento, capacitação e integração das polícias estaduais (PEC 24/2012).

Como se trata de uma proposta de emenda à Constituição, o texto precisa passar por dois turnos de votação no Plenário. Hoje está prevista a votação em primeiro turno.

A PEC foi apresentada por João Capiberibe (PSB-AP).

Ana Amélia espera acordo entre taxistas e defensores de aplicativo

Ana Amélia (PP-RS) apoiou ontem a urgência para votação do projeto que regula os aplicativos de transporte e declarou esperar que haja consenso entre os defensores dos táxis e os de serviços como o Uber. Em sua avaliação, a concorrência dos aplicativos contribuiu para melhorar os serviços dos táxis, mas é preciso criar algum tipo de fiscalização dos veículos e dos motoristas participantes dos serviços de internet.

A senadora também alertou para as estatísticas sobre o aumento da violência no país, que, em sua avaliação, ultrapassa os limites de uma guerra civil.

Debatedores defendem Forças Armadas na segurança pública

As Forças Armadas têm como funções originais a defesa do país e a garantia dos poderes constitucionais, mas a legislação permite seu uso na segurança pública, se as forças de segurança tradicionais não forem suficientes. Essa foi uma das questões analisadas ontem em audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O coordenador da pós-graduação da Escola Superior de Guerra (ESG), contra-almirante Antonio Ruy de Almeida Silva, disse que as Forças Armadas podem ser usadas na segurança pública quando houver falência dos órgãos tradicionalmente responsáveis, embora os militares não sejam usualmente treinados para esse tipo de ação.

O professor Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), afirmou que ações subsidiárias, como ajuda em desastres civis e também na segurança pública, são cada vez mais

solicitadas pelas autoridades públicas às Forças Armadas. Mas o poderio militar não deve ser a primeira opção e as funções originais dos militares não podem ser deixadas de lado, ressaltou.

Já o diretor institucional do Sindicato das Indústrias de Material de Defesa, Luiz Cristiano Vallim Monteiro, defendeu a destinação de mais investimentos no setor.

— Não se faz defesa nacional sem dinheiro. Nós investimos muito pouco nas Forças Armadas. Com baixo orçamento, como falar em forças preparadas?

Com o tema “Reestruturação da Defesa Nacional: reflexões sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas no século 21”, este foi o 15º painel do ciclo de debates O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?, que vem sendo realizado pela comissão ao longo do ano.

A reunião foi comandada pelo vice-presidente da CRE, senador Jorge Viana (PT-AC), e teve a participação da senadora Ana Amélia (PP-RS).



Viana (2º à esq.) na reunião sobre o uso das Forças Armadas na segurança

Guarda Mirim de Brasília quer apoio governamental e parcerias

Dirigentes da Guarda Mirim do Distrito Federal reivindicam a inclusão da organização na base de programas sociais apoiados pelos governos distrital e federal, além de parcerias com o setor privado para que a entidade possa manter suas ações de apoio a crianças e adolescentes em localidades carentes próximas a Brasília. O apelo foi feito ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre

o trabalho da organização.

Projeto social sem fins lucrativos fundado por integrantes da Polícia Militar, a Guarda Mirim promove, no contraturno escolar, atividades como aulas de reforço e informática e práticas físicas. Há ainda atividades formativas sobre engajamento social, prevenção ao uso de drogas, civismo e disciplina, dentro de valores militares, explicaram líderes do projeto. Hoje são atendidas 5 mil crian-

ças, mas o objetivo é chegar a 10 mil até o fim de 2018.

A audiência foi realizada por sugestão de Hélio José (Pros-DF). O senador atestou a importância das ações da entidade em diferentes cidades do DF. Segundo ele, o trabalho ajuda a formar “pequenos cidadãos” e merece ser apoiado:

— Aliando atividades de formação e orientação, em que os participantes são apresentados à possibilidade de um futuro

que talvez não vislumbrassem, e oferecendo ambiente propício à convivência social saudável, o projeto tem impacto decisivo na promoção da paz social, criando vínculos e difundindo valores.

Dificuldades

Dirigentes da guarda disseram que as atividades são feitas com sacrifício, com a ajuda eventual de pais e comerciantes. Eles lembraram que o

trabalho poderia ser útil para suprir a deficiência de ensino integral no DF, que o governo tem dificuldade em manter.

Também participaram da audiência representantes da Federação das Indústrias do Distrito Federal e de entidades do Sistema S no DF. Em resposta a pedido de Hélio José, ficou acertado que haverá reuniões entre dirigentes das empresas e da Guarda Mirim para exame de possíveis parcerias.

Valadares lamenta Aracaju ser a capital mais violenta

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgados ontem, que apontam Aracaju como a capital mais violenta do país. São 66,7 homicídios violentos a cada 100 mil habitantes, disse ele em Plenário.

O senador lembrou que Sergipe já foi considerado o estado que mais crescia no Nordeste. Hoje o que se vê, acrescentou, é o descrédito da população em relação ao governo estadual, devido ao aumento da criminalidade e a atrasos na folha de pagamento, “que humilham os sergipanos perante a nação”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Rocha defende maior controle de armas no país

Os dados sobre a violência divulgados ontem mostram um país em estado de guerra, disse Paulo Rocha (PT-PA). Ele chamou a atenção para o levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, segundo o qual o Brasil registrou 61.619 mortes violentas em 2016. Os números mostram sete assassinatos por hora, com um aumento de 3,8% em relação a 2015.

— Controle de armas e munições. É preciso tirá-las de circulação, como São Paulo fez no início dos anos 2000, com blitzes constantes. Isso tem que voltar a ser feito.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington pede norma para regularização de terra

Wellington Fagundes (PR-MT) informou ter enviado um ofício ao presidente da República, Michel Temer, e ao ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, solicitando a edição de um decreto presidencial para regulamentar a lei que trata da regularização fundiária rural e urbana.

O senador disse que 70 mil famílias de produtores atendidos pelo Programa Terra Legal serão beneficiadas pela regularização fundiária.

— A Lei da Regularização Fundiária é um marco histórico na garantia aos brasileiros de seu direito sagrado ao solo onde moram e trabalham.



Waldemir Barreto/Agência Senado

População não entende rótulos, diz pesquisa

De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, quase 75% dos consumidores não compreendem totalmente as informações das embalagens de alimentos

Thais Böhm

DADOS NUTRICIONAIS COMO valor energético e quantidade de proteína, gordura saturada, sódio e açúcar precisam obrigatoriamente estar impressos nas embalagens de alimentos industrializados. As regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) visam garantir aos consumidores o acesso a informações sobre os produtos à venda. Contudo, o tamanho das letras, os termos técnicos e a poluição visual dos pacotes dificultam o entendimento. De acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), apenas 25% da população é capaz de compreender totalmente o que dizem os rótulos.

— Por mais que as pessoas consigam ler e entender os números e a lista de ingredientes expressos na tabela, será que de fato os consumidores entendem o que estão comendo e as consequências daquele alimento para a saúde deles? Eles entendem que a maltodextrina é açúcar? — questiona a nutricionista do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (Opsan), da Universidade de Brasília (UnB), Ana Maria Thomas.

A falta de clareza sobre o que é saudável, somada à publicidade feita pela indústria alimentícia, tem desencadeado um consumo excessivo de produtos ultraprocessados, como biscoito, sorvete e macarrão ins-

Anvisa estuda novos modelos de rotulagem nutricional

A maioria das propostas encaminhadas utiliza cores ou exibe selos de alerta no painel frontal dos alimentos

Modelo 1
Rotulagem nutricional frontal com advertência na forma de círculo vermelho, quando o alimento contiver quantidade elevada de açúcares, gorduras e sódio.

Modelo 2 (defendido pela Abia)
Utiliza cores do semáforo na rotulagem frontal para açúcares, gorduras totais, gorduras saturadas e sódio com informações quantitativas sobre os nutrientes em porções.

Modelo 3 (semelhante ao modelo chileno)
Rotulagem frontal com alertas em octógonos de cor preta e borda branca, informando sobre teores elevados de calorias, açúcar, sódio, gordura, gordura saturada, gordura trans e sobre a presença de edulcorantes e aditivos alimentares.

Modelo 4 (defendido pelo Idec)
Rotulagem frontal com alertas na forma de triângulos de cor preta, com fundo branco, que informam sobre teores elevados de açúcar, sódio, gordura, gordura saturada, gordura trans e adoçante (edulcorante).

Uma porção de 25g (1 ½ xícara) fornece:

Valor Energético 137 Kcal	Açúcares totais 0g	Gordura Saturada 4g	Sódio 142g
7%	●	●	●

Essa embalagem contém aproximadamente 4 porções
% valores diários de referência com base em uma dieta de 2000 KJ.
*Valor diário para açúcares não estabelecido

As informações declaradas seriam com base em 100 gramas ou 100 ml do alimento.

Contém muito açúcar

Ministério da Saúde

Contém muito sódio

Ministério da Saúde

Contém muita gordura

Ministério da Saúde

Contém excesso de calorias

Ministério da Saúde

MUITO AÇÚCAR

MIN. SAÚDE

MUITA GORDURA TOTAL

MIN. SAÚDE

MUITA GORDURA SATURADA

MIN. SAÚDE

MUITO SÓDIO

MIN. SAÚDE

Propõe destacar em amarelo os componentes em excesso na tabela nutricional localizada nos painéis secundários (laterais ou traseiros). E também incluir frase de advertência em relação ao uso moderado de ingredientes culinários.

tantâneo. Esses alimentos contêm muito sódio, gordura e açúcar, os três principais elementos responsáveis por causar as chamadas doenças crônicas não transmissíveis: câncer, diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares. Segundo o Ministério da Saúde, em 2013, 73% das mortes no Brasil foram por essas doenças.

— O excesso de sódio é uma das causas da hipertensão. O excesso de açúcar acaba levando à diabetes. A gordura causa a obesidade. Esses alimentos industrializados têm muito esses três elementos, que juntos aumentam o risco cardiovascular do paciente — explica a endocrinologista Helena Farhat.

De acordo com o Ministério da Saúde, a obesidade aumentou 60% em dez anos, passando

de 12% dos brasileiros em 2006 para 19% em 2016. Ao mesmo tempo, o número de pessoas diagnosticadas com diabetes cresceu 62%, e o número de pessoas hipertensas, 14%.

Projeto

Para acabar com a dificuldade de compreensão de rótulos, um projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PPS-DF) cria selos de identificação nas embalagens:

— São quatro selos bem visíveis que mostram se o alimento tem excesso de caloria, gordura, açúcar e sal.

Ele defende ainda a vedação de propagandas que promovam alimentos com selo e a proibição da venda desses produtos nas escolas.

O PLS 489/2008 está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE), tendo como relator Armando Monteiro (PTB-PE).

Novos padrões

Desde 2014, a Anvisa mantém um grupo de trabalho sobre rotulagem nutricional. Neste ano, a equipe apresentou opções para resolver os problemas que prejudicam a efetividade dos rótulos.

A maioria das propostas foca em modelos de rótulos que utilizam cores e localizam-se no painel frontal dos alimentos. Algumas propostas contemplam modificações na tabela nutricional.

A Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia) defende a rotulagem frontal com base indicativa por porção, onde os ícones de sódio, açúcares totais e gordura saturada passam a ser coloridos em verde, amarelo e vermelho, modelo semelhante ao do Reino Unido.

Por outro lado, o Idec apoia o “selo de advertência frontal”, modelo adaptado do Chile, nas cores preta e branca com os dizeres: “contém muito açúcar”, “contém muito sódio” e “contém muita gordura”. A nutricionista Ana Maria Thomas explica que as



Cristovam Buarque é autor de projeto que muda padrão de rótulos

embalagens, em geral, são muito coloridas para visualmente chamar a atenção dos consumidores. Então, um selo mais sóbrio destoaria do colorido dos pacotes e seria mais eficaz.

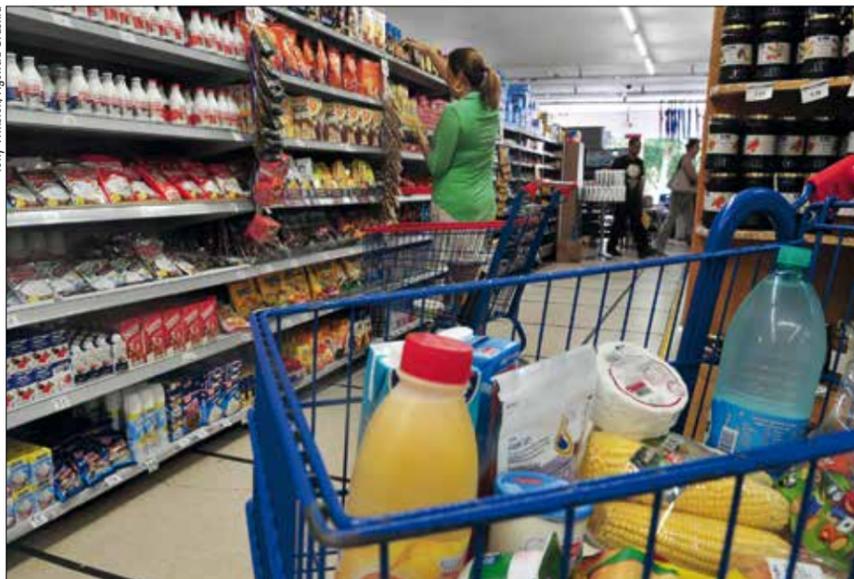
A Anvisa não concedeu entrevista por definir o atual momento como “não apropriado para falar sobre o assunto”, mas declarou por meio de nota: “Atualmente, não há estudos científicos publicados que comparem a efetividade dos modelos em questão na compreensão e na promoção de escolhas alimentares mais adequadas pela população brasileira. Adicionalmente, os estudos que comparam os modelos em questão realizados em outros países não podem ser extrapolados facilmente para a população brasileira, em decorrência das diferenças

no nível educacional e no conhecimento sobre nutrição. Assim, existe incerteza sobre qual modelo seria mais efetivo para nossa população”.

Caso chileno

Em entrevista à TV Senado, o médico e presidente da Comissão de Saúde do Senado chileno, Guido Girardi, explicou que os rótulos em preto e branco que dizem “alto teor de açúcar, de gordura e de sal” são simples e de fácil entendimento.

No Chile, os produtos com selos não podem ser anunciados na televisão. Exibir caricaturas de super-heróis em caixas para atrair crianças também é proibido. Alimentos com selos não são vendidos em escolas e o governo não é autorizado a comprá-los. Ele acredita que essas medidas adotadas pelo país melhoram a alimentação dos chilenos.



Especialistas defendem que dados nutricionais sejam simples e se destaquem nas embalagens

Saiba mais

Compreensão dos rótulos (Idec)
<http://bit.ly/erotulos>

Vigitel 2016
<http://bit.ly/vigitel>

PLS 489/2008
<http://bit.ly/ralimentos>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania